

Autossuficiência alimentar em tempos de guerra

Transformar terrenos capazes de produzir vinho, amêndoa ou azeite de qualidade mundial em zonas de produção de trigo, em quantidade e qualidade não competitiva, não é o mais desejável para aproveitar os nossos recursos naturais, humanos e financeiros de forma economicamente e ambientalmente sustentável.



Pedro Graça

13 de Abril de 2022, 1:33

A guerra na Europa está a afetar a produção de cereais na Ucrânia e a aumentar a pressão sobre os mercados agrícolas mundiais. Apesar de estarmos longe, o sistema alimentar global está interligado e seremos também influenciados. É necessária agir, mas, na minha opinião, é de evitar uma reação desajustada que só é útil aos especuladores.

O sistema alimentar global há muito dava sinais de estar sob forte pressão e as razões eram já conhecidas. Entre elas, o crescimento da população mundial e de mais bocas para alimentar, a necessidade de tornar a produção agrícola cada vez mais tecnológica e hiperprodutiva, a necessidade de conciliar baixos preços ao consumidor final com o aumento dos custos de produção, em particular do petróleo. E também a obrigação de produzir com reduzidos impactos ambientais e maior proteção social que fazem subir os custos do alimento produzido. Adicionalmente, as alterações climáticas e os custos das medidas de mitigação criaram dificuldades sem fim a quem está atualmente no mundo da agricultura.

Entretanto, e como se isto já não bastasse, este sistema alimentar sob pressão recebeu nestes últimos meses mais uma prenda inesperada: o provável colapso ([se a guerra se mantiver](#), a situação ainda será pior) de um dos maiores produtores de cereais da Europa, a Ucrânia. De facto este país é um dos maiores produtores mundiais de trigo, de cevada, de milho e de semente de girassol, em particular nas regiões de Kharkiv, Zaporizhia, Kherson e Odessa que são regiões agrícolas de extraordinária qualidade (cerca de 68% do território ucraniano é chernossolo de elevada riqueza orgânica), precisamente onde se realizam os mais intensos combates e tentativas de ocupação russa. Com a previsível redução das exportações de cereais ucranianos e com os embargos às exportações russas, muitos países como a Eritreia, que importa 53% do trigo da Rússia e 47% da Ucrânia, ou o Iémen, onde 50% do trigo provem da Rússia e da Ucrânia, vão desregular a procura e os preços no mercado mundial dos cereais - e fazer agravar as tragédias humanas da fome e doença.

Face a esta situação, voltámos a ouvir falar da necessidade da autossuficiência alimentar nacional e na necessidade de Portugal ser menos dependente das importações, nomeadamente de cereais. De facto, este objetivo já foi perseguido pela Ditadura Militar e pelo Estado Novo com a Campanha do Trigo (1929-1938), talvez a primeira grande iniciativa do anterior regime com o objetivo de atingirmos a autarcia, ou seja, a capacidade de produzirmos o que necessitamos. Era objetivo do Estado Novo “dignificar a indústria agrícola como a mais nobre e a mais importante de todas as

indústrias e como primeiro fator de prosperidade económica da Nação”, o que implicou na altura a substituição de extensas áreas de montado por áreas de cultivo de cereais, com fortes repercussões no despovoamento e envelhecimento do Alentejo, nos ecossistemas e na biodiversidade. Transformar terrenos capazes de produzir vinho, amêndoa ou azeite de qualidade mundial em zonas de produção de trigo, em quantidade e qualidade não competitiva, não é o mais desejável para aproveitar os nossos recursos naturais, humanos e financeiros de forma economicamente e ambientalmente sustentável.

Tal como nos explicou magistralmente o Prof. Francisco Avillez, “a auto-suficiência alimentar de um dado país é a capacidade para satisfazer as necessidades de consumo de bens alimentares da sua população, através da respectiva produção interna e/ou da importação de bens alimentares financiados pelas correspondentes exportações.” Ou seja, manter as economias e os mercados abertos, ser eficiente no que se faz bem, diversificar os fornecedores e (acrescento eu) ter um padrão alimentar saudável e biodiversificado, adaptado ao que se produz localmente, é a melhor forma de garantir a segurança alimentar das populações e a sua saúde. Mais do que tentar produzir de tudo um pouco.

Manter as economias abertas, ser eficiente, diversificar os fornecedores e (acrescento eu) ter um padrão alimentar saudável é a melhor forma de garantir a segurança alimentar das populações e a sua saúde

Neste momento em que ainda vivemos uma pandemia infecciosa de covid-19, uma guerra na Europa, uma pandemia por excesso de peso (pré-obesidade e obesidade) que afeta mais de 50% da população portuguesa e alterações climáticas nunca experimentadas, vale a pena ter uma estratégia e objetivos bem definidos para combater esta sindemia, ou sinergia entre pandemias, com consequências trágicas para a saúde humana e do planeta. Felizmente, é possível identificar estas estratégias e combinar ações de triplo ganho (*win-win-win*) que sejam eficientes e possíveis de implementar (embora não do agrado de todos).

Por exemplo, coisas tão simples como “consumir menos”. Menos 100 Kcal calorias por dia podem ter um extraordinário papel na melhoria do estado da nossa saúde global e do planeta. Por alguma razão a frugalidade (comer apenas o que necessitamos) é o primeiro princípio da Dieta Mediterrânica e um dos prováveis mecanismos explicativos da maior longevidade.

Em segundo lugar, preferir produtos de origem vegetal e reduzir o consumo de carne ao longo da semana. Duas refeições de carne por semana de boa qualidade são suficientes quando integradas numa alimentação diversificada e equilibrada.

Uma terceira ação será a de reduzir o consumo de alimentos ultraprocesados e preferir sempre que possível, alimentos frescos e da época. Estaremos disponíveis para retomar os ciclos da natureza e consumir morangos apenas no início do Verão, deixar de comer tomates em dezembro ou reduzir o consumo de pescado com forte impacto no meio ambiente como é o caso do bacalhau? Para comprar menos, evitar o consumo desnecessário e reaproveitar o que sobra?

Estas ações serão decisivas para uma melhor gestão do que produzimos, para a proteção da biodiversidade e da nossa saúde. Mas colocam questões ao atual modelo produtivo que nos vende quase tudo em qualquer altura do ano e a baixo preço. Talvez essas sejam as grandes questões que é necessário discutir, mais do que incentivar a produção de trigo à porta de casa.

Director da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto; ex-director do Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável da Direcção-Geral da Saúde